



O orientador e o estagiário

Quando se prepara o início de mais um ano lectivo, são muitos os professores estagiários que pela primeira vez se vão apresentar às escolas do nosso país, cheios de ambição, de ideias e também de nervos! Após vários anos de estudo no Ensino Superior, chega agora o grande momento: a Escola, os Alunos e... os Orientadores! A porta para o "Ser Professor", abre-se à sua frente em todo o seu esplendor e mostra os primeiros passos desta apaixonante auto-estrada sem limites que é o Ensino!

O estágio é como que uma portagem, na qual devemos parar, antes de aceder à dita auto-estrada. Para nos ajudar a passar com sucesso a portagem estão os Orientadores de Estágio os quais na minha opinião, têm a função de em conjunto: promover de uma forma adequada a integração dos estagiários na escola; cooperar e auxiliar os estagiários nas suas actividades, sobretudo no início do ano lectivo que é o período em que os estagiários se sentem mais indefesos; estabelecer periodicamente com os estagiários a análise e a discussão de situações de aula vividas pelos mesmos durante todo o ano lectivo, de uma forma construtiva; acompanhar de uma forma o mais intensa possível todo o trabalho desenvolvido pelos estagiários ao longo do ano lectivo; servir de referência aos estagiários para o início de uma carreira digna, activa e estimulante. É certo que mais factores existirão, mas penso que estes serão sem dúvida indispensáveis a uma correcta formação de professores.

Já realizei o meu estágio pedagógico há três anos e como a maioria dos meus colegas de então senti, como é natural, dificuldades que consegui ultrapassar com a ajuda dos colegas do núcleo de estágio e de alguns orientadores de estágio. Mas nesse

ano fiquei com a certeza de que nem sempre houve a confiança e a compreensão necessárias entre estagiários e alguns orientadores ao longo do ano lectivo. É muito fácil um estagiário não gostar deste ou daquele orientador. Basta que ele não lhe dê a atenção devida ou que lhe dê uma reprimenda de uma maneira menos correcta, para que o estagiário fique logo de pé atrás em relação a esse orientador.

Nos anos seguintes ao da realização do meu estágio voltei a ouvir através de colegas meus mais queixas em relação aos orientadores de estágio. Que fique bem claro que não estou a defender os estagiários e a martirizar os orientadores. Apenas estou a chamar a atenção para algo que não corre bem: é necessário um diálogo franco e aberto desde o início entre orientador e estagiário, para que sempre que haja qualquer situação passível de criar conflito seja discutida e analisada em conjunto por todos. E esse diálogo nem sempre existe.

Por vezes os estagiários são alvo de uma orientação demasiado passiva, sendo deixados muitas vezes por sua conta a partir de determinada altura. Então o estagiário faz aquilo que pensa ser o correcto, o que obviamente nem sempre o é, pelo que depois vêm as críticas ao trabalho realizado. Sou da opinião de que os orientadores deverão definir antecipadamente entre si alguns critérios em relação ao trabalho a desenvolver com os estagiários, para se evitarem situações de se chegar ao segundo período e se verificar que para um orientador o plano de unidade está bem elaborado e para o outro nem por isso, ou que para uns o sumário deve ser feito no início da aula e para outros deve ser no fim. Ou ainda que uns orientadores peçam aos seus estagiários a realização de um trabalho sobre um qualquer assunto relacionado com a disciplina que se lecciona e outros orientadores não o façam criando obviamente uma situação de injustiça entre os estagiá-

rios dos diferentes núcleos de estágio do mesmo estabelecimento de Ensino Superior. Mas afinal em que é que ficamos? Ora é natural que o estagiário fique confuso e perturbado com tudo isto. Quando um estagiário deveria (no geral) em pleno terceiro período estar já à vontade numa sala de aula a desenvolver tranquilamente as suas actividades, muitas das vezes ele "treme" só de pensar que vai ter aula assistida por este ou aquele orientador. Isto tem de acabar. Um orientador tem um papel decisivo e fulcral ("o homem da portagem") na formação de professores que, se não for desempenhado da melhor maneira, poderá ter consequências imprevisíveis no futuro. Não faz sentido que um orientador atribua uma classificação assistindo apenas a duas ou três aulas (como sei que por vezes acontece sobretudo por parte dos orientadores pedagógico e científico) ao longo do ano lectivo. É no mínimo caricato como é que alguém se sente capacitado para decidir desta forma irresponsável o futuro de alguém.

Também é verdade que estas situações que referi não são regra no panorama do ensino em Portugal e que muitos são os orientadores competentes e com os quais dá gosto trabalhar. Mas ainda muito falta fazer para melhorar esta situação. É preciso que o estagiário tenha a coragem (o que nem sempre é fácil) de alertar e discutir com os orientadores para as situações com as quais ele está em desacordo. Depois é necessário que o orientador saiba ouvir e respeitar a opinião do estagiário e não formar, sobre ele, juízos precipitados e erróneos.

Aos orientadores fazia o apelo para acompanharem e trabalharem o mais possível com os estagiários. Eles são a nova geração de professores que irá influenciar uma nova geração de alunos, quicá vossos filhos ou netos. Vamos dar condições, apoio e incentivo aos estagiários para que recordem o estágio como um ano de referência para as suas carreiras, para



que possamos melhorar e recuperar a dignidade da nossa profissão aos olhos da sociedade.

O conselho que deixo aos próximos estagiários é que façam tudo por formar um núcleo unido, que façam valer os vossos direitos a uma aprendizagem digna e credível para que possamos ensinar e educar da melhor maneira possível. Nunca baixem os braços e nunca virem a cara à luta e digam NÃO quando tiver que ser, mas sempre com respeito e compreensão pelas ideias dos outros, pois é discutindo e reflectindo que poderemos construir um ensino melhor e mais digno!

Lúis Carvoeiras
E.B. 2,3 de Santa Maria, Beja

Era uma vez a Autonomia e era uma vez a Matemática

Estou aqui para vos contar uma história sobre a autonomia das escolas...

No decurso de uma reunião do Conselho Pedagógico, realizada em Junho de 1999, o professor que o presidia forneceu aos restantes membros deste Conselho o despacho nº 9590/99 (2ª série) de 14 de Maio, que regulamenta os projectos no âmbito da gestão flexível dos currículos, apresentando com muito entusiasmo um resumo do referido documento. Perante tal exposição, ficou o Conselho Pedagógico rendido à proposta, que esse professor em seguida apresentou, de se implementar no próximo ano lectivo, na nossa escola, um projecto de gestão flexível do currículo nas turmas do 7º ano.

Uma gestão curricular flexível implica uma flexibilização das cargas horárias e, de acordo com o despacho anterior, torna-se necessário proceder a algumas alterações. Relativamente à carga horária semanal das diversas disciplinas, corresponde a menos 3

horas na globalidade dessa carga horária, a "retirar" em algumas disciplinas que constituem a estrutura curricular de cada nível.

Tendo o nosso presidente analisado o assunto, apresentou uma proposta, que consistia em reduzir uma hora semanal à carga horária das disciplinas de Matemática, Português e Educação Visual. Esta proposta deixou-me completamente estupefacta e incapaz de conter a minha indignação, reagindo e argumentando, contra a proposta apresentada.

A discussão no Conselho Pedagógico foi renhida. Por mais estranho que possa parecer, dos 25 professores presentes apenas 4 votaram na proposta que mantinha a Matemática com as quatro horas semanais e os restantes apoiaram a redução de uma hora na disciplina de Português e de outra a Matemática em dois ou três anos do 3º ciclo.

Este episódio dá que pensar. Contrária completamente a minha perspectiva de Educação Básica, que não deve ser assim tão despropositada, atendendo a que é coerente com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos da UNESCO (1990), que refere a resolução de problemas, a leitura, a escrita e o cálculo, como instrumentos essenciais.

Também alguns dos pontos que definem o perfil de competências do aluno à saída do Ensino Básico, confirmam a minha posição.

Perante algumas dúvidas, poderíamos ainda recorrer aos documentos orientadores, emitidos pelo DEB nesse ano, sobre a gestão flexível dos currículos, nos quais são apresentados cenários possíveis de estrutura curricular do 3º ciclo e onde, obviamente, a carga horária da disciplina de Matemática é mantida com 4 horas semanais.

Poderia enumerar uma infinidade de opiniões em conformidade com o que defendo. No entanto, limito-me a referir Paulo Abrantes, Lurdes Serrazina e Isolina Oliveira, no livro *A Matemática na Educação Básica*, editado pelo ME/DEB (1999):

A Matemática constitui um património cultural da humanidade e um modo de pensar. A sua apropriação é um direito de todos. Neste sentido, seria impensável que não se proporcionasse a todos a oportunidade de aprender matemática de um modo realmente significativo, do mesmo modo que seria inconcebível eliminar da escola básica a educação literária, científica ou artística. (p. 17)

Todas as pessoas precisam de desenvolver as suas próprias capacidades e preferências, bem como interpretar as mais variadas situações e tomar decisões fundamentais relativas à sua vida pessoal, social ou familiar. A educação matemática pode contribuir, de um modo significativo e insubstituível, para ajudar os alunos a tornarem-se indivíduos não-dependentes mas pelo contrário competentes, críticos e confiantes nos aspectos essenciais em que a sua vida se relaciona com a matemática. (p. 18)

Pessoalmente, considero que se a um aluno não for dada a oportunidade de adquirir as "competências nucleares" em Português e em Matemática, então, estamos a condicionar-lhe a capacidade de assimilar qualquer outro tipo de competência em outras áreas também importantes, mas que inevitavelmente necessitam de "pilares" para suportar esses conhecimentos.

Deverá o leitor estar a pensar em algo que desde o princípio me deixou apreensiva: "Afinal qual teria sido a base que conduziu à elaboração das propostas que foram apresentadas no Conselho Pedagógico da minha escola?"

Decerto não foram os documentos orientadores que o M. E. distribuiu pelas escolas, que já referi.

Muito menos teria sido o Projecto Educativo da Escola, no qual aparece explicitamente, no resumo das principais dificuldades diagnosticadas na nossa escola:

- Falta de conhecimentos básicos prévios em Português e em

(continua na pág. 12)

preencheu a malfadada ficha de inscrição e tudo! Lembro-me, por exemplo, de ele me pedir que o ensinasse a calcular a capacidade do tanque de casa dele e de, após certa admiração, compreender que pelo simples facto de a secção não ser exactamente rectangular, o tanque levava menos meia pipa de água. Recordo ainda a facilidade com que calculava mentalmente algumas percentagens, por estar habituado ao IVA que pagava quando comprava a fruta que vendia ao domicílio, pela aldcia, na carrinha.

É evidente que, face a uma avaliação normativa, se calhar o João não atingiria o nível médio, ou pelo menos, não a todas as disciplinas. Ou seja,

não se tratou de um milagão-pedagógico-didáctico. Tratou-se sim, de um tenaz esforço de adaptação, de uma enorme evolução, de uma evidente mudança de atitudes.

Apesar de facilitarmos bastante em relação às presenças neste tipo de formação, julgo que o João faltou a pouquíssimas aulas, praticamente só no dia do funeral do irmão. E pouco depois de terminar o curso, foi pai de uma segunda menina, timidamente escondida pela Clara, durante grande parte da gravidez.

Este pequeno episódio é de certeza semelhante a tantos outros que tantos professores já viveram. Se o descrevo aqui é para manifestar a convicção que tenho de que só

sobrevivemos na nossa profissão porque pequenas vitórias como esta nos sustentam. Pequenos grandes sucessos assentes em esforço conjunto, em amizade e espírito de equipa.

Na *Lista de Schindler* é mencionado o provérbio judeu — “Quem salva um homem, salva a humanidade”. Transportando a ideia para o contexto educativo, julgo que “Quem conquista um aluno, ganha o ano lectivo”.

Ganhámos, Ana e Teresa, ganhámos!!!

Parabéns, João!

Susana Diego
Esc. EB 2+3 Gonçalves Nunes
(Barcelos)



Pontos de vista, reacções e ideias...

(continuação da pág. 10)

Matemática que, logicamente, se reflectirão nas outras aprendizagens (p. 27);

- Os alunos manifestam mais dificuldades nas disciplinas básicas: português e matemática (p. 27).

É de referir que não existe mais nenhuma disciplina a “merecer”, felizmente, destaque neste ponto do P.E.E.

Esta situação preocupa-me, pois foi apresentada uma proposta que tanto prejudicaria os alunos. E, mais do que isso, estando a Matemática envolvida, os professores dessa disciplina não foram previamente consultados, nem foram tidas em conta, posteriormente, as razões que apresentavam, na contestação de tais propostas.

Penso que, na Matemática, é impensável separar conteúdos e competências. O encadeamento quase constante nas matérias e a interdependência entre os ciclos também condiciona a margem de manobra. Reduzir a carga horária com os currículos actuais do 3º ciclo, do Ensino Secundário e pensando até no Ensino Superior, representaria a confirmação de uma “morte anunciada” para a Matemática.

Considero que num modelo de gestão flexível se devem privilegiar a Matemática e o Português, mantendo a sua carga horária de 4 horas. No entanto, reconheço que é necessária e urgente uma nova/melhor gestão do currículo com uma valorização acrescida destas duas áreas, tanto no “Estudo Acompanhado” (com a garantia que seria apoiado por um professor de Português e outro de ciências exactas, ver D.O. do DEB), como na “Área de Projecto”.

Com este artigo, pretendia apenas alertar todos os intervenientes na comunidade educativa que a “Autonomia” já chegou, e permite que se decida (levianamente/conscientemente) nem sempre em consonância com os interesses dos alunos.

Com um passo adiante na autonomia das escolas, é “urgente” parar para reflectir e tomar consciência da dimensão de tal responsabilidade, principalmente do que isso pode significar na realidade das escolas e para os alunos.

Mas, caro leitor, a história não termina assim. Surgiu uma nova proposta de reestruturação das horas mantendo as quatro horas para Matemática mas não para Português. No entanto, tal

reestruturação não agradou à maioria dos professores. Foi, então, novamente “mexida” a carga horária proposta e a Matemática perdeu assim uma hora no 8º ano. O que aconteceu para a Matemática, desta vez, foi mau mas podia ter sido bem pior...

Sinto uma obrigação moral de reforçar um alerta destinado aos professores e aos encarregados de educação, pois alguns “projectos” de gestão flexível do currículo “inovadores”, podem perigar a formação geral dos estudantes em áreas fundamentais como Matemática e Português. Em outras escolas também já estão previstas reduções na carga horária semanal dessas disciplinas. Portanto, todo o cuidado é pouco, é necessário que se esteja atento ao que se permite agora para se poder evitar “surpresas” desagradáveis no futuro...

Rute Marina das Neves Viegas Vaz
Escola Secundária de Sampaio
(Sesimbra)

A Redacção reserva-se o direito de editar os textos recebidos de modo a tornar comportável a inclusão das contribuições no espaço disponível na revista.